



BRASIL, MÁQUINAS SEMIÓTICAS E ACELERAÇÃO POLÍTICA

Javier Alejandro Lifschitz

BRASIL, MÁQUINAS SEMIÓTICAS E ACELERAÇÃO POLÍTICA

Javier Alejandro Lifschitz⁵

Resumen

Desde el golpe parlamentario de 2016, la política brasileña ha adquirido una aceleración sin precedentes y en este artículo trabajamos algunos aspectos de esa fuerte transformación del régimen de temporalidad en la política. Observamos que desde este período se activaron máquinas de guerra semióticas, que suscitan cuestiones teóricas y políticas, como formularon Deleuze y Guattari en *Mil Mesetas*. Estas máquinas semióticas articulan cadenas significativas de diferentes campos -justicia, Parlamento, medios de comunicación- y operaron un poderoso efecto de deslegitimación de dos presidentes elegidos por el voto popular, del Partido de los Trabajadores y de la izquierda en general. Señalamos la centralidad que pasaron a tener, en la política, las máquinas/sujetos que son destituyentes y sitúan a la política como un régimen de aceleración, como discutimos a partir de autores como Paul Virilio y Hermut Rosa. Visualizamos una reconfiguración de esas máquinas de guerra después de la asunción del gobierno de Bolsonaro.

Palabras clave: política y velocidad – golpe parlamentario – máquinas semióticas y políticas

Resumo

Desde o golpe parlamentar de 2016, a política brasileira adquiriu uma aceleração sem precedentes, e neste artigo tratamos alguns aspectos dessa verdadeira transformação do regime de temporalidade. Observamos que desde esse período se ativaram máquinas de guerra semióticas, que não deixam de suscitar questões teóricas e políticas, como as levantadas por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*. Tais máquinas semióticas articularam cadeias significantes de campos diferentes – a justiça, o Parlamento, a mídia –, e resultaram em um potente efeito de deslegitimação de dois presidentes eleitos pelo voto popular, do próprio Partido dos Trabalhadores e da esquerda como um todo. Apontamos para a centralidade que adquiriram máquinas/sujeito destituíntes, que colocam a política em sujeição à velocidade, conforme discutimos a partir de autores como Paul Virilio, Hermut Rosa, dentre outros, e visualizamos também a reconfiguração dessas máquinas após a ascensão de Bolsonaro.

Palavras-chave: política e velocidade – golpe parlamentar – máquinas semióticas e política

Abstract

Since the parliamentary coup in 2016, the politics in Brazil have experienced a speed acceleration, and in this article we note some of these aspects of transformation and acceleration in the time regime. We noticed that since this period, the semiotic war machines got activated, which lead us to theoretical and

⁵ Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).



political issues, like those brought up by Deleuze and Guattari in *A Thousand Plateaus*. Those semiotic machines articulate significant chains in different areas – the Justice, the Parliament, the media –, and result in a strong effect of delegitimization of two democratically-elected presidents, of the Worker’s Party and of the left wing in general. We highlight the centralization of destituent machines/subjects/individuals, which accelerate the pace of politics, recurring to the perspective of Paul Virilio, Hermut Rosa among other authors. We also visualize the reconfiguration of those machines after the rise of Bolsonaro.

Keywords: politics and speed - parliamentary coup - semiotic machines and politics



BRASIL, MÁQUINAS SEMIÓTICAS E ACELERAÇÃO POLÍTICA

Os sujeitos sendo regidos, dominados e condicionados por um regime temporal em grande parte invisível, despolitizado, indiscutido, não teorizado e inarticulado. Esse regime temporal pode de fato ser analisado graças a um conceito unificador: a lógica da aceleração social.

Hartmut Rosa, Accélération: une critique sociale du temps, 2010

Durante o período transcorrido entre o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro, a política brasileira adquiriu uma aceleração sem precedentes. A sensação de vertigem, de desorientação perante outro patamar de temporalidade sucede em um contínuo absoluto que parece não admitir cortes, como se houvesse unidades do tempo político que se tornaram muito breves, tão breves que já não há superfície para escandir o tempo em conjunturas tão voláteis.

As temporalidades políticas são construções sociais acerca do sentido do que consideramos o atual, o passado, o porvir e a memória. Trata-se também de um tempo que se inscreve no capitalismo, no controle dos corpos, e do controle disseminado, como dizia Foucault (2010), e que hoje encontra-se cada vez mais imbricado com máquinas semióticas produtoras de sentido e de aceleração. Tal como dizia Paul Virilio (1996) em seu estudo *Velocidade e Política*: a política contemporânea está voltada à aceleração, porque sua meta é reduzir ao mínimo o tempo de ação do adversário.

No Brasil configurou-se uma máquina de discursos, interconectados, da mídia, da justiça e do parlamento, juntos e cada um a seu modo, operando a deslegitimação de dois presidentes populares e um partido popular. Uma *máquina de guerra*, não estritamente militar – como formularam Deleuze e Guattari (2012) –, que tem renovado os efeitos de aceleração social. Nos deteremos nesse aspecto, no que diz respeito à aceleração que tomou conta da política no Brasil.

Como dizíamos acima, a política brasileira adquiriu uma aceleração sem precedentes, e essa questão, aparentemente muito abstrata, esse novo patamar de temporalidade, não deve ser desconsiderado na pergunta sobre o acontecido na política e na cultura.

Aceleração e os estilhaços da política

De acordo com Hartmut Rosa (2015), a modernidade e o capitalismo foram processos que instituíram a questão da *aceleração social*, dos ritmos de vida, nas técnicas e na ideologia de mercado, que age como



força propulsora. Obviamente não é o tempo físico que se altera pela ação humana, mas sim âmbitos no campo social que se aceleram e propõem, nesse sentido, uma “teoria sistemática da aceleração social”, que envolveria três instâncias: a aceleração tecnológica, a aceleração da mudança social e a aceleração dos ritmos de vida. A primeira envolve mudanças técnicas na base material – difusão de técnicas e tecnologias, como tem acontecido nas distintas fases do capitalismo. A segunda refere-se à velocidade nos cortes simbólicos, nas mudanças de atitudes, valores, linguagens; e a terceira, a dimensão subjetiva da aceleração, que estaria associada “à crescente sensação de falta de tempo” e ao “desejo de produzir mais experiências por unidade de tempo”. Esses seriam, poderíamos dizer, os sintomas da aceleração, embora esse mal-estar deva ser situado conforme as distintas experiências de classes sociais e a singularidade de cada sujeito. Contudo, o tempo se altera e isso tem implicações para a ação política. Inclusive com a pandemia, porque apesar de ter havido uma parada mais ou menos generalizada, segundo os países, a aceleração não cessou de se inscrever. Como disse Lepecki (2018), a paralisação física foi compensada por uma hiperatividade digital, a favor de uma aceleração mental produtiva. “Tudo se acelerou, em uma cinética neoliberal que já não impõe a aceleração desde fora, mas desde dentro” (Lepecki, 2018).

Seguindo a Hartmut Rosa, uma das marcas da aceleração social é o fato de obedecer a imperativos, que o autor denomina *imperativos sistêmicos temporais*. São imperativos porque operam como mandatos – econômicos, simbólicos ou imaginários – que devem ser cumpridos, e também porque esses próprios imperativos sempre permanecem socialmente não teorizados, inarticulados, invisíveis, enquanto formas de dominação. Os sujeitos não costumam questionar justamente porque tais imperativos não são compreendidos e articulados num nível ético-político. Mas há um outro aspecto que o autor discute: esse processo de aceleração capitalista encerra diversos paradoxos. Um deles é constatar a quimera de que a mudança técnica iria promover o tempo livre. O que se constata parece ser o contrário: a abolição do tempo livre e jornadas de trabalho cada vez mais intensas e contínuas. O outro paradoxo nos leva ao cerne da questão que tratamos neste artigo: a aceleração social teria ultrapassado as estruturas temporais vigente nas instituições, conduzindo à primazia de relações *dessincronizadas*, que tem efeito de paralisia das forças críticas, da autonomia, da esfera pública, da consciência.

Na política brasileira, com a rapidez com que se deram as desafeições políticas, o golpe contra a ex-presidente Dilma, o abismo da lei jurídica, porque nesse campo aconteceu um colapso, que desorientou a esquerda, que continua denunciando a destruição da lei, das instituições republicanas e o uso político seletivo da ordem jurídica. As forças e os partidos de esquerda são os que mais lutaram para preservar a lei, os que mais fortemente estão lutando pela preservação das instituições democráticas. Entretanto, as instituições republicanas foram os principais agentes dessa aceleração destituente, tanto no golpe de 2016, na prisão de Lula, como em todo o processo regressivo que levou Bolsonaro à presidência da nação. O tempo acelerado que avançou sobre as formas democráticas, com cenários muito cambiantes e valências que mudam rapidamente de signo.



Mas o golpe não foi somente uma sequência de atos jurídicos irregulares, ou apenas acordos parlamentares destituíntes. Foi um profundo processo de transvaloração política, no sentido regressivo, que se utilizou de múltiplos meios no campo significativo.

Configurou-se uma máquina de discursos interconectados, uma *máquina de guerra semiótica* – como mencionamos anteriormente, aludindo a Deleuze e Guattari (2012). Isso foi inusitado no campo simbólico: uma máquina de guerra capaz de torcer a linguagem e provocar uma derrubada institucional que também não tem antecedentes ao provocar o abismo institucional que com a pandemia se tornou genocídio.

A ideia de máquinas simbólicas remete à década de 50, a propósito dos sistemas técnicos serem capazes de processar, além de cifras, também símbolos (Noth, 2001), e que de alguma forma retorna na atualidade no uso da indústria de fake news nos âmbitos cultural e político.

De acordo com a definição de Krämer (1988), uma máquina simbólica é um dispositivo que, sendo desprovido de materialidade, só existiria no plano da representação. Portanto, seriam máquinas somente no sentido metafórico. Contudo, vemos que houve um sujeito/máquina operando, e isso ficou muito evidente nas últimas eleições no Brasil. Durante a campanha eleitoral de 2018, em que disputaram no segundo turno Fernando Haddad, pelo PT, e Bolsonaro, pelo “antipetismo”, foi montada uma monumental máquina semiótica cujos efeitos foram potentes na construção de desafeições políticas em escala demográfica, utilizando múltiplos recursos significantes para provocar quebras nas identidades políticas e mudar o rumo de um país.

Essas verdadeiras máquinas semióticas operaram acionando mensagens falsas – as conhecidas *fake news* – em longa escala através de replicadores informáticos. Uma das mais comentadas, por meio de mensagens do aplicativo WhatsApp, acusavam o candidato às eleições de 2018, Fernando Haddad, de ter aprovado, quando prefeito de São Paulo, a distribuição de um “kit gay” nas escolas públicas, supostamente para influenciar as crianças a serem homossexuais e aceitar a “ideologia de gênero”. Também ocorreu a replicação em escala de imagens da candidata, no primeiro turno dessas eleições, do Partido Comunista do Brasil, Manuela D’Ávila, em que aparecia vestindo uma camiseta que mostrava um arco-íris contornando a frase editada “Jesus é Travesti” (Barragán, 2018).

Há muito de grotesco em tudo isso, e a predominância desse gênero nos conteúdos de tais máquinas não deixa de chamar a atenção, tanto pela eficácia alcançada como pelas fissuras simbólicas que provocaram (Tiburi, 2020). No entanto, já existia uma mudança cultural religiosa conservadora em curso, e isso foi muito anterior ao Bolsonaro e à pandemia. A máquina semiótica não criou forças sociais, elas já estavam aí para serem acionadas. Contudo, a questão parece ser bem mais dialética, porque as máquinas semióticas não foram meros instrumentos. Durante o golpe de 2016, houve toda uma sequência de “bombas semióticas” (Ferreira, 2020), com alto poder de propagação, que antecederam o impeachment e que o autor desse livro inscreve nas das denominadas guerras híbridas (Korybko, 2018).

Como observa Ferreira (2020), *esse processo mobilizou todo um arsenal retórico, linguístico e semiológico ao longo de etapas bem distintas, sendo a última a polarização ideológica extrema. Envolvia* noticiários, programas de auditório e até minisséries *globais* para legitimar a agenda política de oposição. Uma



sequência de estrondos mediáticos focados na *corrupção* – significante que foi mote de todos os golpes de Estado no Brasil –, tal como a intervenção do Jornal Nacional da Globo, que se articulava com uma complexa composição de interesses da “elite do dinheiro” para derrocar uma presidenta eleita democraticamente. A cumplicidade da TV Globo com as bombas semióticas foi evidente na construção do impeachment (Souza, 2016). Um exemplo é a exibição de uma figura de um cano de petróleo, do qual saía dinheiro, que permanecia como tela de fundo cada vez que os repórteres do Jornal Nacional da Globo anunciavam o envolvimento do PT em supostos casos de corrupção, a grande maioria não comprovados. Essas máquinas não são acéfalas. São máquinas de guerra situadas na lógica de confronto de classes, e que no caso brasileiro agregou o neoliberalismo dos empresários, os interesses estrangeiros, o conservadorismo patriarcal das classes médias, o fundamentalismo dos crentes, e as pressões de militares, policiais e milícias. Um complexo quadro destituente de alianças, que envolve evidentemente a questão da longa duração: uma lógica escravocrata persistente, como discute Jessé de Souza (2018), especialmente no livro *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro* (2019). Pactos antipopulares encabeçados pela elite que se afirmam “pela crença [de] que há pessoas que só existem para servir a outras e que se existe um governo popular, que consegue redimi-las, deve ser derrocado de qualquer maneira” (de Souza, 2018:72).

São retornos, repetições, que nunca acontecem da mesma maneira, como evidenciam historiadores como Luiz Felipe de Alencastro (2019), além de muitos outros intelectuais e professores que destacaram as heranças da escravatura na atual crise política. No campo da ciência política, Leonardo Avritzer, com o livro *O pêndulo da democracia* (2019), também enfatiza aspectos antiliberais e antidemocráticos que estariam presentes desde o processo de formação política do país e que reapareciam de forma pendular na história política moderna brasileira.

Um movimento pendular que desloca as forças democráticas pelas antidemocráticas em determinadas conjunturas, como nas conjunturas democráticas dos períodos 1945-46 e 1985-88, e as antidemocráticas, nos anos 1954, 1964 e agora em 2016, que seria acionado para contestar esses projetos políticos e políticas públicas populares.

Ou seja, uma ideia de que o abismo é a atualização de outros abismos, vividos por outras gerações, que também tiveram que enfrentar períodos políticos que colocaram uma vastidão de setores populares na pobreza e na invisibilidade. Com o golpe à presidenta Dilma Rousseff, se atualizariam estratégias de regressão social e de posições geopolíticas subordinadas sofridas também em outros momentos da vida política do país, e que se repetem, ainda que nunca da mesma maneira. O que se repete é a rejeição das elites à democracia, quando essa afeta seus interesses de classe, econômicos e simbólicos.

O que se repete também seria a “democratização insuficiente” dos poderes institucionais, especialmente do Poder Judiciário, que teria se organizado historicamente à margem dos vereditos da soberania democrática e a instituição militar também compartilharia essa característica. Mas a singularidade de golpe de 2016, como diz Luiz Eduardo Soares, antropólogo e ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, “[...] é o contágio entre as distintas dimensões degradadas: a economia, a política, a cultura e a sociedade.



O ponto neurálgico que obstrui saídas é o colapso da representação, a corrosão da legitimidade política” (Soares, 2019: 43).

Sobre esse contágio, muito falou Freud em *Psicologia das massas e análise do eu* (2012), que tem como referência histórica a emergência do nazismo, mas há também o aspecto do agenciamento, das estruturas e seus recursos semânticos, que se interpenetraram em um coletivo de enunciação que trabalhou incessantemente para deslegitimar o PT e a esquerda.

As interconexões da máquina destituente

Há um aspecto das máquinas semióticas que deve ser destacado: o fato de que articularam cadeias significantes de campos diferentes – a justiça, o Parlamento, a mídia –, e que resultaram em um potente efeito de aceleração no campo político. Nesse sentido, é sugestiva a ideia de uma máquina de guerra, como formularam Deleuze e Guattari no livro *Mil Platôs* (2012). A questão é tratada no capítulo intitulado “Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra”, que é entendida como um “paradigma que é, a um só tempo, político, sociocultural e epistemológico: o paradigma da máquina de guerra” (Deleuze e Guattari, 2012).

Por que um paradigma? Primeiramente, porque as máquinas de guerra não são aparelhos militares e menos ainda aparelhos de Estado. São “ações guerreiras” que se constituem precisamente contra o Estado, e que se dão em diversos planos e utilizando diferentes meios, daí sua característica *nômade*. Em segundo lugar, porque se apresentam como pura exterioridade. Sem medida comum capaz de reduzi-las em seu ímpeto de tentar enfraquecer ou dissolver o Estado, mobilizam capacidades *rizomáticas*. As máquinas de guerra se abrem para múltiplas conexões – materiais, imaginárias e simbólicas – e avançam no espaço de forma vetorial, isto é, o movimento não linear de uma máquina de matéria heterogênea que opera com conexões discursivas entre diferentes instituições e regimes de signos. As conexões que articularam a Operação Lava Jato, comandada pelo ex-juiz e ex-Ministro Sergio Moro, com a TV Globo, o Ministério Público e a Polícia Federal, foram dessa índole.

“A justiça é lenta” – uma frase sempre ouvida, dita e constatada no Brasil. No entanto, durante o golpe a justiça adquiriu uma velocidade também inusitada, juntamente com uma visibilidade inédita.

Quando se diz que o golpe de 2016 contou com o “ativismo judicial contra o PT”, isso operacionalmente significa duas coisas. Por um lado, operações de seletividade nos processos. É evidente que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que perdeu nas eleições de 2014 contra Dilma e que participou ativamente do golpe parlamentar, foi poupado na Operação Lava Jato e em outros processos tramitados no Ministério Público, e essa seletividade permitiu em grande parte a aceleração dos processos jurídicos. Por outro lado, procurou-se antecipar as penas, encarcerando dirigentes do PT e o presidente Lula, cujos processos ainda estavam tramitando na justiça. Também foram aplicadas medidas judiciais ilegais e inconstitucionais, com a produção de várias liminares visando o mesmo ato político e outros desvios



institucionais planejados. Falseamentos, que poderíamos denominar *barrocos*, porque todos os subterfúgios jurídicos ficcionais foram apresentados ao público e longamente justificados.

Os golpes brancos, ou golpes dentro da lei, são em certo sentido uma novidade na América Latina. O Brasil não foi o único caso. Eles aconteceram em série, em Honduras, no Paraguai e no Brasil, com características semelhantes, embora não tenham obedecido a um único modelo (Proner, 2016). Historicamente, na América Latina as instâncias jurídicas em muitos casos acompanharam ou foram omissas em relação a golpes militares, mas neste novo caso emprestaram ao golpe o fundamento de sua legitimidade social. Muitos juristas afirmam que essas instâncias se envolveram na reinterpretação interessada do Direito, fato que terá consequência sobre o futuro da democracia.

No Brasil, para que o impeachment fosse juridicamente possível era necessária a comprovação de um crime de responsabilidade, conforme definido na Constituição, e o dito *crime* não ficou demonstrado (Assis, 2016). Foi suficiente uma deslealdade shakespeariana (do Vice-Presidente da República e do Presidente da Câmara dos Deputados) para que o processo adquirisse uma celeridade insólita. Entre a acusação e o impeachment, passaram-se apenas dois meses.

A Operação Lava Jato foi motor dessa aceleração jurídica. Com a entronização do juiz Moro, representante do que Ingeborg Maus (2000) denomina a “ascensão dos juízes da corte”, a função jurídica se altera. Ocorre a sobreposição da lógica política à lógica judicial, alterando-se de tal forma a função jurídica que a busca por meios de aceleração se torna indiscriminada. Paralelamente ocorriam as investigações da Polícia Federal, a partir das delações. O que devia ser o início de um processo de investigação tornou-se um conjunto de narrativas de antecipação de culpabilidade, invertendo e acelerando todo o processo, porque da delação, supostamente sigilosa, passava-se imediatamente ao julgamento televisivo, pulando-se assim muitas normas procedimentais.

Logo, a retroalimentação das cadeias significantes jurídicas e da mídia deu início a uma sorte de “novelização” da política, com seus respectivos capítulos, nomeados com títulos sarcásticos. Microeventos policiais em formato televisivo, que em tempo real deram intensidade a essa máquina semiótica.

A mídia monopólica

A mídia que operou o agenciamento da deslegitimação de Lula, Dilma e do PT está inserida em uma estrutura extremamente monopólica. Da mesma forma que as organizações Globo, estes são grupos familiares muito restritos e estreitamente vinculados ao empresariado por compromissos recíprocos, e também ao Estado. Um agenciamento-chave no golpe, isto porque a mídia opera com a intersubjetividade, com emoções, memórias.

Segundo Deleuze, o regime da máquina de guerra é antes de tudo um regime de afetos, de descarga imediata de uma emoção, enquanto o sentimento procede como uma emoção sempre retardada, deslocada. Como dizem Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs* (2012): as emoções são projéteis, tanto quanto



as armas. E a mídia monopólica operou no Brasil nesse plano, criando a incerteza em longa escala, utilizando-se, como apontou Horacio Gonzalez com relação ao seu papel no contexto político de Macri na Argentina, de “técnicas de emissão, disciplinamento e controle de excitabilidade populacional” (González, 2018).

Cabe explicitar um pouco as funções do gênero *noticiário* nesse processo. O jornal de notícias é fundante de percepções políticas porque é assimilado como o critério de realidade. Enquanto a novela é o gênero social da distração da realidade, o noticiário é o gênero que aparece como expressão dessa própria realidade. Como representante do que “realmente sucede” é um gênero que nos interpela diariamente e que recria cotidianamente a proeza de nos sujeitar a uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1993).

Como afirmou Bourdieu (1997), esse é um gênero que tem a capacidade de impor princípios e visões do mundo, sendo por isso muito atrelado à política e também à velocidade, que está inscrita nas estruturas e nos mecanismos do próprio campo, “porque a concorrência pela prioridade da notícia coloca toda a prática jornalística sob o signo da velocidade ou da precipitação” (28).

No processo do golpe, o Jornal Nacional da Globo e demais jornais da mídia televisiva e escrita usufruíram de forma inusitadamente intensa dessa poderosa ficção de serem o meio através do qual a própria realidade é comunicada. Os noticiários produziram uma narrativa extensa e repetitiva sobre o tema da corrupção para criar desafetos e desidentificações. Operaram um contínuo de notícias, que violentamente tirou da sociedade seus motivos de reflexão sobre si mesma, rebaixou seus níveis de autoproteção e seus recursos de distanciamento (Souza, 2016). Não houve “perda de tempo” nos noticiários monopólicos.

Um aspecto interessante é que a máquina semiótica da grande mídia funcionou a partir de transbordamentos ilegais, vazamentos, como comenta um reconhecido jornalista e analista das mídias:

Nenhum ente privado deveria ter acesso aos próximos passos da operação [Lava Jato]. Essa é a teoria. Porém, a prática é outra. A fonte desta página provou ter informações privilegiadas de que na nova fase da Lava Jato serão quebrados os sigilos de Lula, de Marisa, de todos os filhos deles, de suas empresas, do Instituto Lula, da empresa de palestras de Lula, de Fernando Bittar etc. O mais estarrecedor, porém, foi a informação de que todos os veículos de uma dita “imprensa simpatizante” (como são conhecidos na Lava Jato os veículos que cumprem determinações dos investigadores no sentido de fustigar petistas) já dispunham de cópia da decisão de Moro quebrando o sigilo das 43 pessoas e entidades que o leitor irá conhecer em seguida (Guimarães, 2016: 113).

Logicamente, o que estava em jogo aqui, mais do que o desejo das empresas lucrarem com a antecipação da notícia, era uma poderosa estratégia utilizada com vistas a induzir posicionamentos de valor em momentos-chave do desenrolar do golpe, e o véu dessa máquina semiótica foi aos poucos desvelado por denúncias realizadas pelo site *The Intercept*, representado pelo jornalista americano Glenn Greenwald,



partindo de grandes bases de dados, incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, documentos judiciais e outros enviados por fontes anônimas que envolvem a Operação Lava Jato. Cabe destacar que foi a Operação Lava Lato que levou à prisão o ex-presidente Lula, e cuja condenação foi confirmada em segunda instância com muita celeridade. Essa condenação tornou Lula proscrito nas eleições de 2018, quando todas as pesquisas eleitorais indicavam que liderava os cálculos das intenções de voto. A prisão de Lula, portanto, foi central para o triunfo de Bolsonaro.

As reportagens do *The Intercept Brasil* tornaram públicas falas dos procuradores da Lava Jato sobre o desejo de impedir a vitória de Lula, a colaboração secreta de Moro com os procuradores para montar as acusações contra o ex-presidente, e um aspecto impactante do ponto de vista da constituição dessas máquinas semióticas: o circuito de transferência de informações entre a Lava Jato e a Rede Globo. Como aponta Glenn Greenwald em uma entrevista:

Obviamente, a grande mídia estava como uma aliada do Sergio Moro e da Lava Jato nos últimos anos, não só por ideologia, mas também porque o modelo do lucro da mídia brasileira era receber vazamentos da força-tarefa da Lava Jato sem gastar com nenhum recorte, sem fazer investigações [...] Então o Jornal Nacional recebia vazamentos da força-tarefa da Lava Jato, o [apresentador William] Bonner anunciava que tinha uma notícia muito importante sobre corrupção, com uma audiência enorme, e a Globo lucrava muito sem fazer jornalismo. O papel da grande mídia no Brasil era quase como parceiro da Lava Jato e do Sergio Moro.⁶

A máquina semiótica se incorporava, assim, à estrutura do Estado. Antes disso, operavam como verdadeiras máquinas de guerra, no sentido deleuziano, porque tratava-se de derrubar um governo e toda a estrutura jurídica do Estado. Sem evitar ser muito maniqueístas, foram máquinas de guerra, de direita, concentrando suas forças no golpe contra um governo progressista. E cabe dizer que o governo de Dilma não respondeu com a máquina militar de Estado, como caberia constitucionalmente.

O elo comunicacional entre instituições de Estado e o mais importante meio de imprensa nacional começa muito antes do golpe de 2016, quando o então juiz Moro vazou para a Globo e para a grande mídia monopólica conversas telefônicas privadas entre a presidenta Dilma Rousseff e Lula. Hoje, no ano 2020, esse circuito já foi denunciado em diversos âmbitos e reconhecido pelo próprio Moro.

Essas falas privadas que se tornaram públicas, sem que houvesse autorização judicial para tal, explodiram dias antes das eleições. Discutiam Lula ser Ministro da Casa Civil, e a Globo anunciava que Lula evitava ser julgado. Paralelamente, declarações públicas contra o PT proferidas pelo então general da reserva Hamilton Mourão e pelo general da ativa Eduardo Villas Bôas publicadas no perfil de Bolsonaro no Twitter, na véspera do julgamento do presidente Lula (Nozaki, 2019).

⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/29/glenn-diz-que-jornal-nacional-atuava-como-parceiro-da-lava-jato.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 31 ago. 2020.



Foram muitos vazamentos entre a Lava Jato e a TV Globo. Tanto é assim que essa operação ilegal perpetrada por um órgão de Estado ficou politicamente batizada como “Vaza Jato”. O vazamento de informações alimentava o jornalismo da Globo, que, por sua vez, reforçava o poder da Lava Jato, fechando um circuito de retroalimentação. A mesma sincronicidade ocorreu nas eleições de 2018. A poucos dias das eleições daquele ano, a TV Globo divulgou a delação premiada de Antônio Palocci, ex-ministro do governo Lula (2003-2010), incriminando o ex-presidente. Esse depoimento da Lava Jato vazado à Globo pelo então juiz Moro também ocorreu a poucos dias das eleições, do mesmo modo que ocorreu agora, corroborado por um juiz do Supremo Tribunal Federal⁷.

De juiz, Sergio Moro passou a ministro de Estado no governo Bolsonaro. Mesmo após sua saída do cargo, seu vínculo político com a Globo continua, apesar do reposicionamento da emissora e da grande imprensa com relação ao governo. O ex-ministro deixou o cargo por acusar Bolsonaro de ter interferido em dados sigilosos de investigações da Polícia Federal, que envolviam os filhos do atual presidente. São os mentados sensabores das *guerras palacianas*, que como Shakespeare sempre nos faz lembrar, provocam assassinatos de alcova.

Assim, um dos elos poderosos dessa máquina semiótica de Estado, que articulava o poder judiciário com a Globo, vai se desmontando, em prol de outras conexões vinculantes da do complexo midiático, com o neoliberalismo extremista e outras alianças de ocasião.

A máquina de guerra

Como dissemos, uma das particularidades das máquinas de guerra é serem externas e terem como alvo o Estado, e nas eleições de 2018 eclodiram fortemente sob a lógica rizomática do WhatsApp. Terá sido o WhatsApp o demiurgo de uma direita fascista? (Lifschitz, 2020a). Cabe como contra-argumento que durante as eleições esses recursos também foram utilizados nos estados do Nordeste do Brasil e os resultados eleitorais foram outros. Não há determinismo tecnológico, cada cultura processa a tecnologia de maneira distinta. Isso não minimiza, entretanto, o alcance que esses meios tiveram para enquadrar a política no espaço retangular do celular, e para capturar camadas de desejo e produzir identificações, inclusive com candidatos desconhecidos, como o governador eleito no Rio de Janeiro.

A conexão direta de uma máquina com o poder econômico e as bases religiosas conservadoras conseguiu, mediante a torsão da linguagem, subverter qualquer narrativa argumentativa, por meio de mensagens imagéticas fortemente binárias emitidas por milhões por *robots*, um verdadeiro exército replicante de mensagens financiado pelo capital privado.

Foram contratados replicadores semióticos, inclusive de empresas estrangeiras especializadas no “disparo em massa”, conforme denominado nesse mercado:

⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/02/moro-divulgou-delacao-de-palocci-para-favorecer-bolsoanro-diz-gilmar.htm> Acesso em 28 ago. 2020.



Em uma disputa francamente digital e que desafia o poder da propaganda na TV, a capilaridade da campanha de Bolsonaro no WhatsApp é umas das potências da candidatura. Há pelo menos cem grupos públicos específicos do aplicativo que apoiam o capitão reformado do Exército (Benites, 2018).

A repercussão que teve o caso da *Cambridge Analytica*, uma máquina de interconexão entre processos de coletas e classificação de dados e o mercado de manipulação eleitoral (Machado, 2018), revelou que essas máquinas de guerra eram muito mais que replicadores de notícias falsas.

A popularidade de Lula e do PT às vésperas das eleições de 2018 foi crescendo, e a direita estabeleceu estratégias que envolveram as máquinas de guerra transnacionalizadas como um novo vetor de aceleração. Tratou-se do uso político do WhatsApp, um tema que recoloca em pauta a relação da máquina com a produção de sentido e com a velocidade. Trata-se de um meio de comunicação extremamente popular, inscrito na intimidade do vínculo. Tudo isso foi transferido para o campo político por meio de agenciamentos de rastreamento e emissões de mensagens, e envolvem ainda saberes da psicologia positiva, que exploram os territórios das sinapses comunicativas para capturar operações de gozo no campo político (Korybko, 2018).

“Uma nova forma de regulação experimentada como liberdade”, é o que afirma Zizek (2018) em relação a essa nova peça da máquina de guerra. Por isso, a pergunta sobre a máquina e o sentido deve então ser recolocada, porque as máquinas semânticas parecem criar sentido, corte e conjuntura.

As máquinas de WhatsApp se caracterizaram por serem vetores das inscrições culturais mais perversas do bolsonarismo, porque estão voltadas à radicalização do ódio, que é o real que não cessa de não se inscrever na política (Debieux, 2018).

Durante o ano de 2020 foi instaurada uma Comissão Parlamentar (CPI) sobre o uso de fake news nas eleições de 2018. As declarações dos convocados a depor – alguns deles ex-aliados de Bolsonaro – demonstraram o aspecto da arquitetura das máquinas de guerra em redes sociais, alimentada por empresas locais e transnacionais e voltada contra presidentes populares eleitos e contra o Estado. Demonstraram também que essa máquina foi internalizada no próprio Estado, quando Bolsonaro chegou à presidência. Uma máquina de guerra semiótica dentro da estrutura do Estado, porém muito mais militarizada, porque buscava como alvo pessoas específicas.

Estruturou-se uma *máquina semiótica militarizada*, comandada pelos filhos de Bolsonaro, que ficou conhecida como “gabinete do ódio”. Esse significante faz referência a assessores que ocupavam uma sala no terceiro andar do Palácio do Planalto, próximo ao local onde Bolsonaro realiza os despachos presidenciais e que promoveram estratégias bem definidas e organizadas para fazer ataques virtuais nas redes sociais contra desafetos à família Bolsonaro. Alguns desses alvos foram Ministros do Supremo Tribunal Federal, que iniciaram uma outra CPI, envolvendo os filhos do titular do Executivo. Uma ex-aliada de Bolsonaro que foi convocada a declarar a Comissão, disse: “[...] quando esse alvo está escolhido, entram as pessoas e os robôs.



Por isso que, em questão de minutos, a gente tem uma informação espalhada para o Brasil inteiro" (Barbiéri et al., 2019).

Entretanto, as máquinas de guerra continuam operando, estimuladas desde o Estado, pelo Poder Executivo, em um movimento agônico de destruição, de destruição do Estado por ele mesmo, estimulando ataques que atingem sua legitimidade. São os ataques mediáticos a instituições públicas – à saúde pública, à educação pública, aos empregados públicos. É a guerra destrutiva do neoliberalismo: que o Estado seja o responsável por sua própria destruição e raramente se vê na história desmontagens do Estado em tão curto tempo, de políticas públicas, empresas públicas, de legislação trabalhista, aposentadoria pública, serviços essenciais, enfim, a lista é diária (Fundação Perseu Abramo, 2019).

Segundo David Nemer (2020), antropólogo do campo emergente da Antropologia da Informática, “essa engrenagem que foi essencial de sua campanha [Bolsonaro] para chegar ao poder, sofreu algumas mudanças. As mensagens de ódio de extrema direita continuam circulando socialmente, mas a unidade dos emissores teria se dividido”. Uma máquina de guerra multiplicando rizomas. O grupo denominado extremistas, por exemplo, estaria dividido em diferentes subgrupos, como os insurgentes, que se identificam com o fascismo e defendem fechar o Congresso, e outro, que se classifica como supremacistas sociais, associados a grupos evangélicos. O antropólogo aponta também que essas redes costumam ser hierarquizadas, com os *influencers* no topo da pirâmide, e muito rizomáticas quanto à diversidade de discursos de natureza neoliberal – evangélica, militar, homofóbicos, em linhas que se juntam e disjuntam, com diferentes lógicas de conexão.

Diante de alegações de ataque com “discursos de ódio”, um Ministro do Supremo Tribunal Federal determinou o bloqueio de contas de pessoas que participaram desses ataques no Facebook e no Twitter, uma medida inédita no campo jurídico que envolveu essas empresas estrangeiras⁸.

Entretanto, de acordo com o The Intercept⁹, o ativismo digital de direita parece ter se deslocado para o Instagram e o YouTube em um movimento nômade de desterritorialização.

Comentários finais

Os recentes acontecimentos na política latino-americana, com os “golpes brandos”, as torsões simbólicas nas identificações políticas, e na queda de instituições republicanas e a aceleração com que esses acontecimentos se deram, têm efeitos na prática política. Nesse sentido, problematiza a própria teoria sobre o poder na contemporaneidade, o que nos leva irreduzivelmente à teoria de Michel Foucault e seus memoráveis livros. Colocamos essa questão de revisitar Foucault com relação às biopolíticas na pandemia (Lifschitz, 2020b), e neste texto retomamos esse diálogo com as teorias sobre o poder do filósofo francês. Foucault foi, certamente, um dos teóricos mais importantes na discussão sobre o poder, e foi muito fundo

⁸ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/30/moraes-amplia-alcance-de-decisao-que-mandou-redes-sociais-retirarem-dor-ar-contas-de-16-apoiadores-de-bolsonaro.ghtml> Acesso em 31 ago. 2020.

⁹ <https://theintercept.com/2019/08/23/grupos-pro-bolsonaro-whatsapp-estao-mais-radicais/> Acesso em 31 ago. 2020.



no modo de desvelamento de dispositivos de poder exercidos sobre os corpos, em sua historicidade. O implacável Paul Preciado (2020) diz que o que aprendemos de mais importante com Foucault é que o corpo é objeto central de toda política e a atual pandemia traz isso à tona, diante da multiplicidade de efeitos que o poder provoca, considerando fortemente a dimensão histórica e o fato de não possuir um centro, um sujeito que comanda ou uma lei que determina. O poder nos atravessa, vai além dos motivos do sujeito, porque são efeitos de estrutura e essa concepção estruturalista de um “poder sem sujeito”, como ele mesmo reconhece, teve preeminência em parte de sua obra (Foucault, 2010).

Essa concepção do poder está, de certa forma, presente também na teoria da aceleração de Hartmut Rosa (2015), uma vez que a aceleração, como fenômeno de temporalidade obedeceria a imperativos técnicos, econômicos e simbólicos, inscritos no próprio sistema capitalista. A aceleração não estaria atrelada a sujeitos determinados, mas ao efeito de uma estrutura compelida a produzir cada vez mais, em cada vez menos tempo.

Contudo, as máquinas semióticas desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Bolsonaro, falam de um determinado sujeito, de um sujeito-máquina que assumiu um protagonismo insólito e inaudito.

Não é a primeira vez que se utilizam máquinas de guerra semióticas para derrotar um governo popular. Mas com o atual agenciamento ganharam-se milhões de almas; rebanhos enormes, que fizeram até os santos duvidarem. Como dissemos, um bombardeio mediático e jurídico foi utilizado para quebrar identidades políticas e derrocar governos populares. Chegamos assim a uma situação em que a máquina de guerra passou a dominar a conjuntura em movimento acelerado: depuseram Dilma, prenderam Lula, elegeram o candidato de extrema direita.

Isso leva a repensar as teorias do poder, esclarecer sobre estas novas relações de intermediação de máquinas semióticas onde o sujeito volta a aparecer. Um sujeito-máquina que se apresenta de diferentes maneiras e que altera os parâmetros temporais da política.

Durante o golpe de 2016, as máquinas de guerra que operaram contra o Estado formaram um verdadeiro exército replicante de mensagens financiado pelo capital privado e que se conectou de forma direta com as bases religiosas ultraconservadoras, subvertendo assim os signos da política e da cultura.

Uma máquina semiótica articulou instituições e discursos com forte capacidade destituente. Com a saída de Sergio Moro do governo, e o distanciamento do Ministério Público a respeito da Lava Jato, vínculos e elos semióticos, que foram decisivos para o golpe de 2016 e para a triunfo de Bolsonaro eleições de 2018, rapidamente se desfazem.

A mídia monopolista continua ativa, mas também houve o deslocamento nômade da Rede Globo e as restantes empresas de comunicação, com relação a Bolsonaro. Contudo, a TV Globo continua mantendo laços com Sergio Moro, de comprometimento a imperativos de dominação, ainda que esse ciclo semiótico de retroalimentação tenha se fechado.

Depois da entronização de Bolsonaro, uma máquina semiótica de guerra se instalou dentro das próprias estruturas de Estado, de comando palaciano, – o já mencionado “gabinete do ódio”, promovendo ataques



a instituições republicanas desde o próprio Estado. Uma máquina simbólica implacável, de deslegitimação, que ao atingir o coração do Supremo Tribunal Federal provocou reações fortes que conduziram a um dos três pedidos de impeachment contra Bolsonaro.

As *máquinas de guerra* que eclodiram fortemente via WhatsApp, durante as eleições de 2018, continuam operando e sendo estimuladas pelo governo. Os restos simbólicos são os mesmos – o ultraconservadorismo messiânico, o neoliberalismo como causa e o ódio, somando agora o ímpeto agônico de destruição do Estado. Um Estado que estimula sua própria destruição, um *Estado suicidário* (Safatle, 2020). É o que o neoliberalismo precisa, porque como o discurso neoliberal é antipopular, a guerra destrutiva que o neoliberalismo pode travar é esta: que o Estado seja o responsável por sua própria destruição.

Raramente se tem visto na história recente desmontagens de estruturas do Estado muito importantes, de políticas públicas, empresas públicas, serviços públicos, em tão curto tempo.

Ao longo de um ano do governo e já instalada a pandemia, essas máquinas semióticas foram se reconfigurando, em um movimento maquinico de conexão e desconexão contínua e veloz, como observava Hannah Arendt a propósito das instituições de Estado durante o período nazista (1998). Mas há também, desde a pandemia, o crescimento constante de uma máquina de guerra clássica, no sentido militar. Esse processo de militarização do governo já havia se iniciado no governo Temer, e na atualidade os militares ocupam a maioria dos Ministérios, órgãos do Poder Executivo e postos-chave da administração pública¹⁰.

Portanto, as máquinas semióticas compartilham agora o terreno da dominação com a *máquina de guerra militar*, a velha máquina que atualiza marcas do golpe de 1964, agora com o risco de o Estado internalizar uma outra máquina de guerra, também militar, que foi se fortalecendo desde a emergência do bolsonarismo: as milícias.

Mas a aceleração nunca é toda. “Não há um tempo homogêneo”, como dizia Walter Benjamin (1987). Estamos sempre perante diferentes temporalidades que se bifurcam e os tempos dos movimentos populares são de uma outra temporalidade. Cabe ainda perguntar para uma política progressista: como agir em um tempo acelerado? Como subverter a predominância imaginária da velocidade?

Referências bibliográficas

- Anderson, B. (1993). *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Arendt, H. (1998). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Assis, D. (2016). Mídia e novo golpe. In Proner, C., et. al. (org.) *A resistência ao golpe de 2016*. São Paulo: Clacso, Canal 6 Editora.

¹⁰ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-emcargos-civis-diz-tcu.ghtml>. Acesso em 18 jul. 2020.



- Avritzer, L. (2019). *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Editora Todavia.
- Barbiéri, F. et al. (2019). Ex-aliada de Bolsonaro, Joice detalha à CPMI da Fake News como atua 'gabinete do ódio'. *Jornal Rede Brasil Atual*, 4 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/04/ex-aliada-de-bolsonaro-joice-detalha-a-cpmi-da-fake-news-como-atua-gabinete-do-odio.ghtm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.
- Barragán, A. (2018). Cinco 'fakenews' que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. *El País*. São Paulo, 19 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html Acesso em: 11 de agosto de 2018.
- Benites, A. (2018). A máquina de 'fake news' nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. *Jornal El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html
- Benjamin, W. (1987). Teses sobre o conceito da história. In *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense-
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Debieux, M. et al. (org.) (2018). *As escritas do ódio: psicanálise e política*. São Paulo: Editora Escuta.
- Deleuze, G.; y Guattari, F. (2012). *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34.
- Ferreira, W. (2020). *Por que aquilo deu nisso? Bombas Semióticas na Guerra Híbrida Brasileira (2013-2016)*. Publicações Cinegnose.
- Foucault, M. (2010). *Poder, uma Besta Magnífica*. In: *Michel Foucault, Repensar a Política*. São Paulo: Forense Universitária.
- Freud, S. (2012). Psicologia de las masas y análisis del "yo". In: *Obras completas, Vol 3*. Buenos Aires: Siglo XXI editores.
- Fundação Perseu Abramo. (2019). *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo.
- González, H. Lo que se incubía. *Página 12*, Buenos Aires, 10 dez. 2018.
- Greenwald, G; Vicentini, R. G. (2019). *Jornal Nacional atuava quase como parceiro de Moro e da Lava Jato*. UOL Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/29/glenn-diz-que-jornal-nacional-atuava-como-parceiro-da-lava-jato.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>
- Guimarães, E. (2016). Confirma prova de que Lava Jato e mídia formam uma polícia política. In: Proner, C., et. al. (org.) *A resistência ao golpe de 2016*. São Paulo: Clacso, Canal 6 Editora.
- Korybko, A. (2018). *Guerras Híbridas, das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular.
- Krämer, S. (1988). *Symbolische Maschinen*. Darmstadt: Wiss Buchgesellschaft.
- Lepecki, A. (2018). Movimento na pausa. In: *Pandemia crítica*, 1. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/134>.
- Lifschitz, J. (2020a). Pandemia: Qual Biopolítica? In: Dultra dos Santos, R. e Brandão, A. (org.) *Pandemia e Pandemônio no Brasil*. São Paulo: Tirant lo Blanch.
- Lifschitz, J. (2020b). *Política e Vertigem. Ensaio sobre poder e luta política no Brasil do golpe*. Curitiba: Editora Appris.



- Machado, R. (2018). Fake news e o triunfo do reducionismo. *IHU On-Line*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7244-fake-news-e-o-triunfo-do-reducionismo>
- Maus, I. (2000). Judiciário como superego da sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na 'sociedade órfã'. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 58.
- Nemer D. (2019). Grupos pró-bolsonaro no whatsapp não se desmobilizaram com a vitória. pelo contrário, estão mais radicais, *The Intercept Brasil*, 24 de agosto de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/08/23/grupos-pro-bolsonaro-whatsapp-estao-mais-radicais/>.
- Nemer, D; Betim, F. (2019). Do bolsonarismo ao integralismo, como a extrema direita se organiza na Internet. *El país*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-28/do-bolsonarismo-ao-integralismo-como-a-extrema-direita-se-organiza-na-internet.html>
- Nöth, W. (2001). Máquinas semióticas. *Revista Galáxia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, 1.
- Nozaki, W (2019). Um capitão entre generais: a presença dos militares no governo Bolsonaro, In Fundação Perseu Abramo. *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo.
- Preciado, P. (2020). Aprendiendo del vírus. In AA.VV. *Sopa de Wuhan, Pensamiento contemporaneo em tempos de pandemias*. Buenos Aires: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio). Disponível em: <https://dialektika.org/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>.
- Proner, C. (2016). Golpe branco no Brasil: Dilma alerta na ONU. In Proner, C., et. al. (org.) *A resistência ao golpe de 2016*. São Paulo: Clacso, Canal 6 Editora.
- Rosa, H. (2010a). *Accélération: une critique sociale du temps*. Paris: La Découverte.
- Rosa, H. (2010b). *Alienation and Acceleration. Towards a Critical Theory of Late-modern Temporality*.
- Rosa, H. (2015). *Social Acceleration, A New Theory of Modernity*. Columbia University Press.
- Safatle, V. (2020). Bem-vindo ao Estado suicidário – por Vladimir Safatle. *GGN*. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/blog/doney/bem-vindo-ao-estado-suicidario-por-vladimir-safatle-n-1-edicoes/>
- Soares, L. E. (2019). *Desmilitarizar*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Souza, J. A. (2016a). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya Editora.
- Souza, J. A. (2016b). *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa.
- Tiburi, M. (2020). *Ridículo político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto*. Rio de Janeiro: Record.
- Vicentini, R. (2019). Glenn: Jornal Nacional atuava quase como parceiro de Moro e da Lava Jato, *Noticias UOL*, 29 de agosto de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/29/glenn-diz-que-jornal-nacional-atuava-como-parceiro-da-lava-jato.htm?cmpid=copiaecola>
- Virilio, P. (1996). *Velocidade e Política*. São Paul: Estação Liberdade
- Zižek, S. (2018). Felicidade? Não, obrigado. *Revista Nexos*, 3 mai. 2018.

